

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3215017420210915164310

Processo 0801624-73.2021.8.23.0010 ☆ - (233 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais   Informações Adicionais   Partes   Movimentações   Apensamentos (0)   Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado   ☐ Servidor   ☐ Advogado   ☐ Membro MP   ☐ Defensor   ☐ Procurador   ☐ Outros   ☐ Audiência

OCULTAR Movimentos:

☐ Inválidos   ☐ Sem Arquivo   ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado   ☐ Advogado NPJ   ☐ Entidades Remessa   ☐ Magistrado   ☐ Procurador   ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):   ao   Data do Movimento(Período):   à   Descrição:

58 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 58   500 por pág.   1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	58	15/09/2021 16:43:10 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES</b> Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (01/09/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
<div><div>58.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2782956CONTRARRAZOESDERECURSO01.pdf</div><div>Público</div></div>			
	57	08/09/2021 23:30:03 <b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 08/09/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (01/09/2021) e ao evento de expedição seq. 56.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	56	01/09/2021 15:21:59 <b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 55) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (01/09/2021)	Marques Leandro Pereira da Silva <b>Analista Judiciário</b>
	55	01/09/2021 15:21:52 <b>JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO</b>	Marques Leandro Pereira da Silva <b>Analista Judiciário</b>
	54	31/08/2021 16:47:50 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</b> Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (27/07/2021) <b>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</b>	PAULO SERGIO DE SOUZA <b>Advogado</b>
	53	26/08/2021 00:01:23 (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 43) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (27/07/2021) e ao evento de expedição seq. 45. <b>DECORRIDO PRAZO DE PERITO ROGERIO LEONARDO DE PAULA DIAS</b>	SISTEMA CNJ
	52	18/08/2021 00:04:50 (Para Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias *Referente ao evento (seq. 47) EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS(06/08/2021) e ao evento de expedição seq. 49. <b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b>	SISTEMA CNJ
	51	17/08/2021 00:02:04 (Pelo Perito Rogerio Leonardo de Paula Dias(Leitura automática em 16/08/2021 às 23:59)) em 16/08/2021 com prazo de 1 dia útil *Referente ao evento (seq. 47) EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS (06/08/2021) e ao evento de expedição seq. 49.	SISTEMA CNJ



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**PROCESSO: 08016247320218230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MICAEL CRUZ SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,  
Pede Juntada.

BOA VISTA, 14 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**

**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**

**858 - OAB/RR**

## CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,  
INCLÍTOS JULGADORES,

### DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante.

*Data máxima vênia*, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA PELO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Conforme restou devidamente exposto na r. sentença, o Magistrado chegou a conclusão que a parte Apelante sente apenas “DOR”, motivo pelo qual, não merece provimento o recurso autoral.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, porém, de acordo com as respostas do expert aos quesitos, o i. Magistrado chegou à conclusão de o Apelante sofre apenas de “DOR”.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <https://dicionario.priberam.org/dor>, “DOR” = **SENSAÇÃO MAIS OU MENOS AGUDA, MAS QUE INCOMODA.**

Neste contexto, o Magistrado interpretou que DOR não está na tabela de gradação de lesões do Seguro DPVAT, não havendo cobertura para tal.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Destarte, como não há gradação de “DOR” na tabela de lesões do Seguro DPVAT, deverá ser mantida *in totum* a r. sentença que julgou improcedente o pedido da inicial.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente. Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte Apelante encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

**Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**